

**MACHADO DE ASSIS E JOSÉ SARAMAGO CONTRA O POSITIVISMO***Alysson Quirino Siffert<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Machado de Assis foi um crítico afiado do positivismo, o que podemos observar a partir de 1878, quando em um artigo sobre Eça de Queiroz ele se volta contra a influência da escola naturalista, que se apoia em esquemas positivistas na literatura. Essa crítica assume dimensões ainda mais completas através do conto “O Alienista”, que satiriza os postulados do cientificismo positivista quando aplicados à psicologia, à condução do estado, à formação das leis e à aplicação do direito penal. Um século depois, o autor português José Saramago também irá questionar, a partir de sua obra ficcional, os pressupostos formalistas e falaciosos do Estado de Direito (cuja base também é o positivismo). Comparar esses dois importantes autores da língua portuguesa pode nos levar a refletir sobre as mudanças e as permanências históricas da influência positivista ao redor do mundo. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho será estudar traços exemplares de Machado de Assis e de José Saramago com foco nesse substrato anti-positivista de suas obras. Para empreender essa comparação, serão mobilizadas teorias estéticas de corte dialético, como as propostas por Theodor Adorno, György Lukács e Roberto Schwarz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Machado de Assis; José Saramago; Estado; Positivismo; Crítica dialética.

**ABSTRACT:** Machado de Assis was a sharp critic of positivism, which we can observe since 1878, when in an article on Eça de Queiroz he turns against the influence of the naturalist school, which relies on positivist schemes in literature. This criticism takes on even more complete dimensions through the short story “O Alienista”, which satires the postulates of positivist scientism when applied to psychology, the conduct of the state, the formation of laws and the application of criminal law. A century later, the Portuguese author José Saramago will also question, from his fictional work, the formalistic and fallacious assumptions of the Rule of Law (whose basis is also the positivism). Comparing these two important authors of the Portuguese language can lead us to reflect on the changes and historical permanences of the positivist influence around the world. In this sense, the objective of this work will be to study exemplary features of Machado de Assis and José Saramago with a focus on this anti-positivist substrate of their works. To undertake this comparison, aesthetic theories of dialectical cutting will be mobilized, as those proposed by Theodor Adorno, György Lukács and Roberto Schwarz.

**KEYWORDS:** Machado de Assis; José Saramago; State; Positivism; Dialectical criticism.

---

<sup>1</sup> Autoria: ALYSSON QUIRINO SIFFERT. Bacharel em Direito, mestre e doutorando em Letras/Estudos Literários, tudo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9382961781485193>. E-mail: alyssonsiffert@gmail.com. Doutorando com bolsa de tempo integral da Capes.

## INTRODUÇÃO

A crítica de Machado de Assis aos postulados do positivismo constitui um dos impulsos cruciais de sua evolução intelectual, sendo concomitante à inauguração de sua “fase madura”, isto é, a fase de concepção de seus romances e contos mais aclamados. Já em 1878, Machado se voltara contra a influência positivista na literatura, em artigos críticos a Eça de Queiroz, que então trazia para a língua portuguesa o modelo da escola naturalista de Zola (Assis, 2013, p. 467-475). Em 1879, outro artigo machadiano, agora sobre a “Nova Geração” da poesia brasileira (Assis, 2013, p. 489-530), também apresenta reservas e comentários críticos, o que aliás lhe rendeu o eterno desafeto de Sílvio Romero, um dos maiores propagadores das ideias positivistas e naturalistas no Brasil. Em 1880, Machado de Assis efetiva seu maior salto à maturidade com a publicação, na *Revista Brasileira*, dos capítulos de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, onde sua visão cética e questionadora das filosofias burguesas já se encontra plenamente formalizada, conforme bem estudou Roberto Schwarz (2000a, 2000b). E finalmente, em 1881, essa crítica machadiana à ideologia positivista e burguesa assume dimensões ainda mais amplas através do conto “O Alienista”, que satiriza os postulados do cientificismo positivista quando aplicados à psicologia, à condução do estado, à formação das leis e à aplicação do direito penal.

Um século depois, entre 1978 e 2010, o autor português José Saramago também irá questionar, a partir de sua obra ficcional, os pressupostos formalistas, de base positivista, do chamado “Estado Democrático de Direito”. A distância temporal e geográfica entre esses dois importantes autores da língua portuguesa nos leva a refletir sobre as mudanças e as permanências históricas da influência positivista ao redor do mundo, podendo servir de base para uma leitura mais crítica e iconoclasta sobre os princípios do estado moderno. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho será comparar Machado de Assis e José Saramago com foco nesse substrato anti-positivista de suas obras. Para empreender essa comparação, serão mobilizadas teorias estéticas de corte dialético, como as propostas por György Lukács, Theodor Adorno e Roberto Schwarz.

### I – “O ALIENISTA” CONTRA O POSITIVISMO.

No final de 1881, mesmo ano da publicação em livro das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis começa a publicar no jornal *A estação* aquele que seria seu conto mais famoso, “O Alienista”. Aqui é irrelevante a discussão sobre seu gênero formal, se se trata mesmo de um conto ou se pela sua extensão já é uma novela; o que nos importa é indicar questões de conteúdo e a função desse texto no aprofundamento do realismo machadiano.

O já citado Roberto Schwarz interpreta a obra madura de Machado de Assis como uma brilhante investigação, por meio da arte literária, da falta de autenticidade das ideias do liberalismo e do iluminismo no Brasil escravocrata do século XIX. De fato, se observarmos a evolução dos escritos de Machado de Assis, veremos que ele foi se afastando cada vez mais de suas primeiras crenças liberais até alcançar uma visão profundamente crítica sobre as mais diversas camadas da realidade brasileira. Nesse sentido, a ironia machadiana e o refinado realismo de sua “segunda fase” não seria o salto inexplicável de um gênio (à maneira das visões românticas sobre os escritores), e sim a culminação de um amadurecimento crítico que perpassa as décadas de 1860 e 1870 e envolve múltiplos esforços de decifrar a sociedade brasileira através de atividades como a de crítico teatral, de crítico literário, de poeta, de dramaturgo, de cronista e por fim de contista e de romancista. Nesse largo processo de amadurecimento, é válido destacar a crítica de Machado de Assis a Eça de Queiroz e à escola naturalista, realizada em dois polêmicos artigos de 1878, que aqui nos importa por já conter algumas sementes de sua crítica ao cientificismo positivista e, por trás disso, à inteira ideologia dominante na Europa e no Brasil. Diz Machado de Assis:

Que o Sr. Eça de Queirós é discípulo do autor do *Assommoir*, ninguém há que o não conheça. O próprio *O Crime do Padre Amaro* é imitação do romance de Zola, *La Faute de l'Abbé Mouret*. (...) Ora bem, compreende-se a ruidosa aceitação d' *O Crime do Padre Amaro*. Era realismo implacável, conseqüente, lógico, levado à puerilidade e à obscuridade. (...) . Não se conhecia no nosso idioma aquela reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis. Pela primeira vez, aparecia um livro em que o escuso e o — digamos o próprio termo, pois tratamos de repelir a doutrina, não o talento, e menos o homem, — em que o escuso e o torpe eram tratados com um carinho minucioso e relacionados com uma exaço de inventário. (...) Porque a nova poética é isto, e só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha. (...) Com tais preocupações de escola, não admira que a pena do autor chegue ao extremo de correr o reposteiro conjugal; que nos talhe as suas mulheres pelos aspectos e trejeitos da concupiscência; que escreva reminiscências e alusões de um erotismo, que Proudhon chamaria onissexual e onímodo; que no meio das tribulações que assaltam a heroína, não lhe infunda no coração, em relação ao esposo, as esperanças de um sentimento superior, mas somente os cálculos da sensualidade e os "ímpetos de concubina"; que nos dê as cenas repugnantes do Paraíso; que não esqueça sequer os desenhos torpes de um corredor de teatro. Não admira; é fatal; tão fatal como a outra preocupação correlativa. Ruim moléstia é o catarro; mas por que hão de padecer dela os personagens do Sr. Eça de Queirós? (...) por que avolumar tais acessórios até o ponto de abafar o principal? (Assis, 2013, p. 468-474)

Sessenta anos depois, o filósofo marxista György Lukács, no seu famoso e não menos polêmico artigo “Narrar e Descrever” (Lukács, 2010, p. 149-186), também iria criticar essa postura artística de se inventariar o fenômeno acessório em detrimento do essencial, demonstrando em bases teóricas mais detalhadas e firmes o que o bom senso de Machado de Assis já havia captado,

isto é: que o método de composição da escola naturalista padece de sérios equívocos, como a superficialidade da ênfase no esmero descritivo, o rebaixamento do ser humano a um animal procriador ou enfermo, a apologia da especialização formal, ou a crença na objetividade imparcial e mecânica da ciência positiva. Lukács iria situar as raízes dessa prática naturalista no geral abandono de um autêntico realismo por parte dos escritores burgueses, em especial nas obras posteriores às opressões aos trabalhadores no contexto revolucionário de 1848, seguindo assim as observações de Karl Marx em relação ao irrealismo da economia neoclássica<sup>2</sup>.

Embora sem semelhante aprofundamento histórico, e sem buscar decifrar as causas sociais desse fenômeno, Machado de Assis, como vimos, também foi capaz de perceber que o necessário afastamento em relação ao idealismo romântico não deveria seguir o rumo apontado por Émile Zola em seus romances de tese ou em seus manifestos, que colocavam a arte como uma especialização subordinada ao cientificismo de corte positivista. E em outubro de 1881 a polêmica iniciada na crítica a Eça de Queiroz iria adquirir um tom satírico para alçar-se a um nível estético admirável no conto “O Alienista”, que também pode ser considerado uma das obras fundadoras da mencionada fase madura de Machado de Assis, ao lado de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, finalizado menos de um ano antes, em dezembro de 1880.

Em “O Alienista”, portanto, Machado de Assis irá aprofundar sua crítica aos postulados da escola de Zola a partir de uma sátira ao substrato filosófico do naturalismo, isto é, o cientificismo positivista, que ia se tornando moda no Brasil com a geração republicana de 1870 e que em 1889 já iria pautar o lema de nossa bandeira nacional: *ordem e progresso*. Assim, tal crítica machadiana não é uma postura limitada à esfera cultural ou científica: antes ataca em bloco a inteira sociedade do século XIX. Com efeito, nesse conto sobre os feitos extraordinários do doutor Simão Bacamarte, o cientificismo exacerbado, o método positivista e a retórica do progresso se mostram como evidentes projeções ideológicas do poder da burguesia, a nova nobreza dominante tanto na Europa quanto no Brasil.

Já na frase de abertura do conto, Machado de Assis identifica claramente essa identidade entre a posição de respeito do alienista e os grandes poderes políticos e econômicos:

As crônicas da vila de Itaguaí dizem que em tempos remotos vivera ali um certo médico, o dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos 34 anos regressou ao Brasil, não podendo El-rei alcançar dele que ficasse em

---

<sup>2</sup> No artigo “Marx e o problema da decadência ideológica” (Lukács, 2010, p. 51-104), Lukács demonstra que os efeitos da virada conservadora da burguesia após as revoluções de 1848 se espalharam por toda a cultura, incluindo as mais notáveis obras científicas, filosóficas e literárias, havendo a partir de então um progressivo abandono do realismo e uma conseqüente queda geral na qualidade das produções culturais.

Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia. (Assis, 2007, p. 38)

Apesar da narração remeter o tempo do enredo para o século XVIII e ter certas aparências de Antigo Regime, o que se retratará acima de tudo é a lógica do poderio cientificista, tornado hegemônico apenas no século do próprio Machado de Assis. Mas vale de novo frisar que, no Brasil (criado sob base latifundiária, escravocrata e católica) a importação do liberalismo burguês foi um processo assaz conciliatório, sem grandes rupturas, que mais incorporou os filhos da antiga “nobreza da terra” do que os alijou do poder. Em outras palavras, foi nossa “nobreza da terra”, desde sempre subordinada ao comércio mundial, que gerou nossas elites burguesas, assim como foi um príncipe português da casa Bragança que conduziu nossa independência política. Nesse sentido, é outro triunfo realista de Machado de Assis retratar seu Simão Bacamarte como simultaneamente um provinciano tradicionalista do século XVIII, nobre formado em Coimbra, e um cientista burguês do século XIX, pois essas duas temporalidades também se combinavam na realidade brasileira.

Com efeito, o tom de crônica antiga e o enredo insólito jamais deixam de operar como parte dessa estratégia realista de Machado de Assis. Isto é: o recuo no passado e o relativo efeito de distanciamento, ao lado do exagero dos acontecimentos (que produzem um ambiente fantástico onde o impossível pode acontecer), servem de base para uma representação satírica das determinações e modas da sociedade contemporânea ao escritor. Com isso, do início ao fim do conto podemos visualizar as características do moderno mundo oitocentista, a exemplo dos vultosos retornos em lucros que o hospício fundado por Bacamarte irá produzir, ou da própria forma que ele encontrará para financiar a construção de sua Casa de alienar loucos: um novo imposto aprovado em plenário pela Câmara municipal (esse símbolo universal da democracia representativa burguesa). Assim, em todos os passos do conto o que se satiriza são os postulados realmente vigentes e em moda do cientificismo do século XIX, que ao lado do liberalismo econômico e da democracia formalmente representativa compõe a ideologia justificatória dos novos senhores do tempo, os donos do dinheiro. E o tom machadiano de descrença em tais postulados alcança o sarcasmo logo de início, ao se retratar como Simão Bacamarte escolheu sua esposa. Trata-se de um claro ataque ao exagero de se colocar a metodologia positivista e o raciocínio utilitário acima de quaisquer outras considerações autenticamente humanas:

— A ciência — disse ele a Sua Majestade — é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo.

Dito isto, meteu-se em Itaguaí, e entregou-se de corpo e alma ao estudo da ciência, alternando as curas com as leituras, e demonstrando os teoremas com cataplasmas. Aos quarenta anos casou com d. Evarista da Costa e Mascarenhas,

senhora de 25 anos, viúva de um juiz de fora, e não bonita nem simpática. Um dos tios dele, caçador de pacas perante o Eterno, e não menos franco, admirou-se de semelhante escolha e disse-lho. Simão Bacamarte explicou-lhe que d. Evarista reunia condições fisiológicas e anatômicas de primeira ordem, digeriria com facilidade, dormia regularmente, tinha bom pulso, e excelente vista; estava assim apta para dar-lhe filhos robustos, sãos e inteligentes. Se além dessas prendas — únicas dignas da preocupação de um sábio, d. Evarista era malcomposta de feições, longe de lastimá-lo, agradecia-o a Deus, porquanto não corria o risco de preterir os interesses da ciência na contemplação exclusiva, miúda e vulgar da consorte.

D. Evarista mentiu às esperanças do dr. Bacamarte, não lhe deu filhos robustos nem mofinos. A índole natural da ciência é a longanimidade; o nosso médico esperou três anos, depois quatro, depois cinco. Ao cabo desse tempo fez um estudo profundo da matéria, releu todos os escritores árabes e outros, que trouxera para Itaguaí, enviou consultas às universidades italianas e alemãs, e acabou por aconselhar à mulher um regímen alimentício especial. A ilustre dama, nutrida exclusivamente com a bela carne de porco de Itaguaí, não atendeu às admoestações do esposo; e à sua resistência — explicável, mas inqualificável — devemos a total extinção da dinastia dos Bacamartes. (Assis, 2007, p. 38-39)

Não podia ser mais eloquente a denúncia de Machado de Assis em relação à falsa ideologia cientificista: ao eleger a metodologia da ciência burguesa como único princípio organizador da vida, inclusive abdicando de considerações humanas tão naturais como a atração sexual em prol de cálculos utilitários, o doutor Simão Bacamarte inicia sua carreira de equívocos. O fato de não conseguir ter filhos mesmo tendo metodicamente escolhido uma esposa só para isso (mais um recipiente reprodutivo do que um verdadeiro ser humano, em sua visão) é a primeira sátira direta do conto, e já introduz a concepção de mundo que será transmitida.

Na sequência, diversas outras características da modernidade capitalista – representada pelos personagens e eventos do conto – serão julgadas com a pena da galhofa de Machado de Assis: o cálculo cínico, a priorização de interesses egoístas sobre tudo, a vaidade mesquinha, a gana pessoal por dinheiro, por fama ou por poder, enfim, todo o rol de pilares do individualismo burguês. Ao lado disso, sempre paira a crítica sarcástica contra a afetação retórica e contra a pompa vazia, esses indícios extras da inautenticidade dos princípios liberais e cientificistas, sobretudo em solo brasileiro. Pois como diz Roberto Schwarz:

E' claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam as aparências, encobrindo o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas ideias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. A *Declaração dos Direitos do Homem*, por exemplo, transcrita em parte na Constituição Brasileira de 1824, não só não escondia nada, como tornava mais abjeto o instituto da escravidão [a base da nossa vida econômica e social]. (Schwarz, 2000a, p. 12)

O conto “O Alienista”, portanto, obviamente simboliza um contexto histórico extraliterário, isto é: a ideologia e os valores dominantes da sociedade da época de Machado de Assis. Nesse sentido, poderíamos até dizer, usando um termo usual hoje em dia, que o conto é *empenhado*, ou seja, que o autor emprega a sátira como meio de questionar a sociedade, o que reflete uma postura de inconformismo e, ao mesmo tempo, um impulso realista. E nesse sentido, sobretudo no caso específico da crítica aos ideais positivistas e naturalistas, o trabalho de Machado de Assis lembra um pouco os incursos marxistas contra esses ideais. Tal coincidência de visão entre o autor brasileiro e os pensadores do materialismo histórico é especialmente evidente na denúncia ao vínculo entre o cientista e os poderes sociais das classes dominantes, a exemplo da grande influência do alienista no governo, de seu controle de aparatos e instituições opressoras, de sua aliança com a Igreja, ou do crescente acúmulo de dinheiro com a atividade de encarcerar os “loucos”, que em certo momento chegam a quatro quintos da população de Itaguaí. Esse exagero (a capacidade de dominar e encarcerar uma cidade inteira), embora sendo algo empiricamente improvável ou quase impossível de se verificar algum dia no mundo cotidiano, serve justamente para revelar a real essência desse mundo: o domínio autoritário do pensamento burguês.

Vale lembrar, a respeito dessa coincidência com o pensamento marxista, que Adorno e Horkheimer constroem sua *Dialética do Esclarecimento* em torno da crítica ao aspecto manipulatório da ciência positivista burguesa, que teria se tornado um dos piores mitos modernos, sendo que essa mesma questão também é discutida por Michael Löwy em *Marxismo contra o Positivismo*. E até a paradoxal aliança dos cientistas positivistas com o cristianismo, enfatizada no conto de Machado de Assis pelo fato de seu alienista ser sempre um homem temente a Deus e um perene confidente em relação ao padre da cidade, também é percebida pelo marxista György Lukács em sua *Ontologia do Ser Social – Parte I*, sobretudo no capítulo, “Neopositivismo e Existencialismo”, item 4: “A filosofia contemporânea e a necessidade religiosa”, onde o filósofo húngaro vai demonstrar o acordo tácito entre a metodologia positivista dos cientistas e a recusa deles em investigar o fundamento das coisas, o que conduz a um vazio filosófico que permite a adesão fácil à fé religiosa.

## II – UM “ENSAIO” ANTI-POSITIVISTA DE JOSÉ SARAMAGO

Assim como Machado de Assis, José Saramago também enfrentou décadas de maturação antes de alcançar um estilo próprio definitivo – estilo que o consagraria mundialmente e que lhe traria o prêmio Nobel de literatura, até hoje o único da língua portuguesa. Com efeito, nessa clara divisão interna entre uma fase preparativa e uma segunda fase madura, a carreira literária de José

Saramago se assemelha à de Machado de Assis, e há ainda certa coincidência ideológica no momento culminante dessa transição entre uma fase e outra, quando ambos adotaram uma postura crítica radical contra a mentalidade burguesa (na qual o positivismo é um dos pilares fundamentais). A diferença é que o realismo de José Saramago não vai se limitar a uma concepção cética, como ocorreu com Machado de Assis, nem a uma mera coincidência indireta com o marxismo, pois o essencial do amadurecimento estético de Saramago deriva justamente de sua assumida e direta assimilação da perspectiva marxista, o que fará seus livros ficcionais acompanharem suas preocupações de militante de esquerda e possuírem um fundo humanista que jamais encontramos no maduro Machado de Assis.

Para entender a influência decisiva do marxismo em José Saramago, e a consequente rejeição, em sua obra, dos ideários burgueses e positivistas, o melhor caminho é relembra alguns momentos-chaves de sua biografia e de sua evolução como escritor. Saramago, oriundo de uma família simples, cujos avós eram camponeses e o pai um guarda de segurança, não frequentou nenhuma universidade, mas sempre foi um frequentador assíduo de bibliotecas públicas, o que lhe fez publicar seu primeiro romance logo aos vinte e quatro anos, em 1947, *o Terra do Pecado* – título dado pelo seu editor. Esse livro mistura um neo-naturalismo já desgastado com certos lances ingênuos, de espírito romântico, sendo uma obra bastante imatura, que não causou nenhum impacto na literatura portuguesa nem maiores consequências para o próprio autor. Depois disso, a partir de meados dos anos 1960, Saramago se insere nos meios literários como poeta, cronista e tradutor da língua francesa, mas durante esse período o marasmo do regime ditatorial de Salazar é refletido em sua literatura, que se mostra sem grande força nem originalidade (sobretudo à luz dos seus livros posteriores). Tudo só começa a mudar com as crises que levariam ao ocaso da ditadura. Em 1969, Saramago já se filia ao Partido Comunista Português, considerado um dos mais ortodoxos do mundo por ter como ideário oficial uma adesão fiel aos postulados marxistas-leninistas. Mas apesar dessa primeira inflexão de Saramago em direção ao comunismo, a grande viragem ocorre mesmo é com o movimento revolucionário de 25 de abril de 1974, que finalmente derruba o governo de Marcello Caetano (herdeiro do salazarismo). A partir daí, Saramago une organicamente seu trabalho intelectual e artístico à sua militância política.

A revolução dos Cravos encontra Saramago como redator do importante jornal *Diário de Notícias* de Lisboa. Com a subida do Partido Comunista ao poder executivo nacional, em 1974, Saramago se torna o diretor geral desse jornal, e naturalmente enfrenta rixas políticas com os membros mais conservadores e de direita do *Diário de Notícias*. Logo após a vitória eleitoral do Partido Socialista, que conseguiu mobilizar a seu favor o conservadorismo de boa parte do povo português, o Partido Comunista é colocado à margem da sociedade e a maioria dos seus filiados

sofre alguma perseguição política e econômica. Saramago então é demitido do *Diários de Notícias* e percebe não ter condições de encontrar novo emprego em nenhum outro jornal. Vivendo precariamente de traduções, decide tentar de vez a sorte como escritor. Como consequência, Saramago em 1977 publica o *Manual de Pintura e Caligrafia*, seu livro mais autobiográfico, e que reflete sobre os tempos salazaristas e sobre as novas possibilidades abertas pela Revolução dos Cravos (o que antes disso ele já havia tentar expressar no ano inicial da revolução, ao escrever colunas políticas e o livro em versos *O Ano de 1993*). Em 1978, com os contos de *Objecto Quase*, Saramago explicita ainda mais sua filiação ao marxismo, sendo até a epígrafe desse livro uma citação da *Sagrada Família* de Marx e Engels: “Se o homem é formado pelas circunstâncias, é necessário formar as circunstâncias humanamente” (Marx; Engels, 2003, p. 150). Não obstante, a grande mudança só ocorre mesmo em 1980, com *Levantado do Chão*, romance no qual Saramago inaugura seu famoso estilo sem muitas pontuações após ter passado meses escutando e gravando as histórias pessoais dos trabalhos rurais do Alentejo.

O que vale reter aqui é que a Revolução dos Cravos provocou em Saramago a consolidação de sua concepção de mundo em sentido comunista, e isso, ao mesmo tempo, por via das perseguições de direita, diminuiu suas possibilidades de trabalho em jornais, que foi em última análise o que o levou a se dedicar com mais afinco à atividade de romancista. Ademais, nesse processo, chegou ao poder em Portugal um partido com discurso social-democrata, mas que logo implementou um programa político-econômico marcadamente neoliberal, profundamente prejudicial aos trabalhadores – pelo menos na visão de qualquer analista da esquerda, como era o caso o próprio Saramago. Desse ponto em diante, o autor iria expressar em dezenas de livros e entrevistas suas restrições a respeito do Estado, que ele enxerga como centro gestor dos interesses da burguesia e da consequente repressão aos trabalhadores, seguindo nisso tanto suas observações pessoais da conjuntura portuguesa e europeia quanto a linha marxista mais clássica de interpretação sobre os aparatos à disposição do capitalismo.

Assim, ainda que Saramago jamais tenha sido um especialista acadêmico do marxismo, muito menos se colocado em favor de um filósofo ou outro dentre as correntes marxistas do século XX, em toda sua fase madura ele demonstra sua concordância com a posição de Lenin anterior à Revolução Russa de 1917, de acerbada crítica ao aparato estatal. E, como se sabe, essa crítica tem como pressuposto filosófico a discordância não apenas em relação à filosofia política de Hegel (crítica efetuada desde Marx e Engels), mas também em relação a qualquer positivismo, seja ele jurídico, sociológico ou artístico.

Vejamos um exemplo disso. Contra a divisão capitalista do trabalho e das disciplinas (divisão que é um dos postulados fundamentais defendidos pelas ciências positivistas e que teve

grandes consequências para a arte moderna e contemporânea), Saramago irá cultivar uma perspectiva muito mais holística e dialética sobre o escritor, vislumbrando o que ele chama de “neo-Renascimento”:

Numa mesa-redonda sobre O Futuro do Romance retomei a ideia (talvez merecedora de uma exploração que não está ao meu alcance) de que o romance deveria abrir-se, de certa maneira, à sua própria negação, deixando transfundir, para dentro do seu imenso e fatigado corpo, como afluentes revitalizadores, revitalizados por sua vez pela miscigenação consequente, o ensaio, a filosofia, o drama, a própria ciência. Sei bem que nos tempos de hoje, de frenéticas e micrométricas especializações, soará a descabelada utopia este ideal neo-renascentista de um texto englobante e totalizador, uma suma, enfim. Porém, como não faltam vozes a anunciar a iminente entrada da Europa numa nova Idade Média, o que faço não é mais que antecipar o Renascimento que a ela (fatalmente) terá de seguir-se. (Saramago, 1997, p. 256)

É imbuído desse espírito de combate aos padrões ideológicos e práticos propagados pelo sistema capitalista que Saramago vai conceber seus livros mais importantes, nos quais a visão crítica do autor terá como alvo diversos pilares da sociedade burguesa, incluindo, como temos dito, o Estado e suas instituições – sempre vistos como um instrumento de repressão à serviço das elites nacionais ou do poderio financeiro global. O próprio *Levantado de Chão*, famoso por ter iniciado o estilo renovado do autor, em termos de conteúdo traz à tona a luta dos trabalhadores rurais contra os grandes latifundiários, isso sem deixar de retratar o braço policial da ditadura salazarista (com suas prisões arbitrárias e suas torturas). Em quase todos os romances seguintes veremos a continuidade dessa leitura crítica contra o Estado, que é abordado em suas mais diversas fases históricas: dos tempos bíblicos (como em *Caim* e *n’O Evangelho Segundo Jesus Cristo*) à era medieval (como em *História do Cerco de Lisboa*), passando pela época do absolutismo de D. João V (*Memorial do Convento*) até chegar nos tempos contemporâneos (como em *Todos os Nomes*, *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a Lucidez*).

Assim, há importantes figurações do Estado nos romances de Saramago escritos a partir da década de 1980, e naqueles que retratam os tempos do próprio autor, o que será colocado em questão, em termos mais diretamente políticos, é a fachada democrática do Estado. Essa fachada, segundo Saramago, costuma mascarar e contradizer sua efetiva função na sociedade, pois a regra geral do Estado moderno é trabalhar pela exclusão e pela contensão social, seja agindo de modo ostensivamente ditatorial, seja de forma um pouco mais velada. Em ambos os casos, o Estado figurado na obra saramaguiana jamais perde sua natureza eminentemente policialesca e sua prontidão de servir as elites, que são os verdadeiros poderosos, já que são os donos do dinheiro, dos meios de produção e de comunicação, e por isso também dominam os políticos.

Com efeito, para ver como Saramago põe em xeque o discurso oficial de justificativa do dito “Estado Democrático de Direito”, um bom caminho seria lembrar alguns aspectos do romance que trata mais diretamente disso: *Ensaio sobre a Lucidez*. Esse livro, publicado em 2004, e cujo enredo é uma continuação dos eventos fantásticos ocorridos no *Ensaio sobre a Cegueira*, de imediato causou *frisson* na imprensa de vários países, primeiro por conta do momento de alta fama mundial de seu autor (que havia ganhado o Prêmio Nobel seis anos antes), mas segundo por conta do seu tema polêmico: o questionamento da democracia contemporânea. A ideia que coordena o enredo é relativamente simples, apesar de bastante original: em eleições municipais, na mesma metrópole sem nome que é palco do primeiro *Ensaio*, um novo acontecimento extraordinário abala a cidade: o resultado das urnas tem como maioria o voto branco, o que anuncia uma catástrofe política sem precedentes. Após realizado novo turno uma semana mais tarde, quando o tempo acorda límpido, diferentemente do temporal que tomou conta da convocação anterior, o resultado apresenta um percentual ainda maior de brancos entre os votos válidos: 8% para o partido da direita, 8% para o partido do centro, 1% para o partido de esquerda e 83% de votos brancos. Este resultado é interpretado pelos políticos e pela imprensa como uma clara rejeição ao sistema democrático constituído. Ou seja: a população da cidade, com uma atitude considerada subversiva, fora do consenso estabelecido, teria deslegitimado o governo representativo, suas instituições e seus partidos. A causa oculta que levou a tal rejeição começa de imediato a ser investigada, e os suspeitos passam a ser perseguidos e interrogados por agentes vinculados ao Estado, sobretudo espões da polícia secreta. Porém, conforme o enredo se desenrola, fica claro que não houve nenhum organismo centralizado por trás deste ato questionador. O voto em branco fora uma manifestação espontânea, um desabafo da sociedade civil, indignada até o estopim com o sistema político vigente na cidade. Assim, o objetivo central do *Ensaio sobre a Lucidez* é levantar um questionamento sobre o verdadeiro significado da democracia representativa. Sobre esse tema, diz o próprio Saramago:

Tudo se discute neste mundo, menos uma única coisa se discute. Não se discute a democracia. A democracia está aí, como se fosse uma espécie de santa de altar, de quem já não se espera milagres, mas que está aí como uma referência, uma referência: a democracia. E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada. Porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, repito, na esfera política, a tirar um governo de que não gosta e a por outro de que talvez venha a gostar. Nada mais. Mas as grandes decisões, as grandes decisões são tomadas numa outra esfera, e todos sabemos qual é; as grandes organizações financeiras mundiais, os FMIs, as Organizações Mundiais de Comércio, os Ban-cos Mundiais, a OCDE, tudo isto, nenhum destes organismos é democrático. E portanto como é que podemos continuar a falar de democracia, se aqueles que efetivamente governam o mundo não são elegidos e eleitos democraticamente

pelo povo. Quem é que escolhe os representantes dos países nessas organizações? Os respectivos povos? Não. Onde está então a democracia? (Saramago, *acesso*: 2010)

Como já sugerimos, esta concepção está inteiramente de acordo com o diagnóstico dos fundadores do materialismo histórico. Segundo Lenin, lembrando Engels, o Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo Capital, e ele explica ainda que na república democrática os detentores da riqueza utilizam-se de seu poder indiretamente, mas com maior segurança, primeiro pela “corrupção pura e simples dos seus funcionários”, depois pela “aliança entre o Governo e a Bolsa” (Lenin, 1978, p. 16-17). Nesse sentido, Lênin conclui:

A onipotência da riqueza é tanto melhor assegurada numa república democrática quanto não está sujeita a uma crosta acanhada de capitalismo. A república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo. (...) É preciso notar, ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia” (Lenin, 1978, p. 15).

Contudo, isto não quer dizer que os marxistas clássicos ou Saramago rejeitem a existência da democracia representativa em qualquer situação histórica, já que o sufrágio universal, segundo o próprio Engels, é um indício da maturidade da classe trabalhadora. Assim, é contra as ilusões burguesas que o mesmo Lênin pondera:

Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática. (Lenin, 1978, p. 35).

É nesse espírito crítico de linha marxista que Saramago realça a face capitalista e opressora do Estado. Mas em termos de solução política, Saramago retrata, na atitude coletiva de seus personagens, não atitudes típicas de revolucionários comunistas, mas antes uma espontaneidade mais afim a uma espécie de anarquismo pacífico:

as intenções das pessoas que haviam votado em branco não eram deitar abaixo o sistema e tomar o poder, que aliás não saberiam que fazer depois com ele, que se haviam votado como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava, que poderiam ter feito uma revolução, mas com certeza iria morrer muita gente; e isso não queriam, que durante toda a vida, pacientemente, tinham ido levar os seus votos às urnas e os resultados estavam à vista, Isto não é democracia nem é nada. (Saramago, 2004, p. 101).

Porém, como no *Ensaio sobre a Lucidez*, essa rebeldia anarquista jamais encontra uma liderança clara, os acontecimentos continuam inexplicáveis, o que aliás não chega a ser contraditório, pois o insólito é um dos traços naturais do realismo fantástico que Saramago mobiliza. De todo modo, o voto em branco não é utilizado por Saramago como uma proposta política real, e sim é um estratagema estético apto a alavancar um enredo interessante cuja função é acima de tudo problematizar a essência do sistema político hegemônico no mundo atual: a democracia representativa. E além de conseguir retratar de modo verossímil as situações que derivam desta improvável atitude coletiva, Saramago estimula ao máximo sua veia irônica, parodiando com propriedade as mais diversas linguagens ideológicas que sustentam a sociedade capitalista (e nisso ele se aproxima bastante do maduro Machado de Assis).

Um dos maiores trunfos do *Ensaio sobre a Lucidez*, portanto, reside neste desmascaramento do poder. Os personagens (que não são identificados pelos seus nomes próprios, mas sim por suas profissões ou características distintivas, qual no *Ensaio sobre a Cegueira*), refletem adequadamente aspectos fundamentais de certos grupos, mais ou menos poderosos, que exercem papéis determinantes na sociedade onde impera o capitalismo tardio. Assim, por traz dos eventos fantásticos e da ironia há muita verdade no retrato demolidor que Saramago nos apresenta com este livro. Quando ali um personagem pensa ou assume determinado comportamento, vemos claramente, sem máscaras, os traços mais essenciais do tipo humano que ele representa. Desde o princípio do romance, por exemplo, presenciamos o esforço do governo da situação, pertencente ao partido da direita, p.d.d, para articular um combate à crise de legitimidade que se instalou na capital do país, se necessário reprimindo os eleitores que votaram em branco, ou seja, a maioria da população municipal. Por isto os debates a portas fechadas, entre os ministros e chefes do governo (num Estado que se assenta em um regime político parlamentar), serão pontos culminantes do *Ensaio sobre a Lucidez*:

Ao ministro da defesa, um civil que não havia ido à tropa, tinha sabido a pouco a declaração do estado de exceção, o que ele tinha querido era um estado de sítio a sério, dos autênticos, um estado de exceção na mais exacta aceção da palavra, duro, sem falhas de nenhum tipo, como uma muralha em movimento capaz de isolar a sedição para logo a esmagar num fulminante contra-ataque. Antes que a pestilência e a gangrena alastrem à parte ainda sã do país, preveniu, O primeiro-ministro reconheceu que a gravidade da situação era extrema, que a pátria havia sido vítima de um infame atentado contra os fundamentos básico da democracia representativa; Eu chamar-lhe-ia antes uma carga de profundidade lançada contra o sistema, permitiu-se o ministro da defesa discordar, Assim é, mas penso, e o chefe do estado concorda com o meu ponto de vista, que, sem nunca perdermos de vista os perigos da conjuntura imediata, em ordem a variar os meios e os objectivos da acção em qualquer momento que o justifique, seria preferível que começássemos por servir-nos de métodos discretos, menos ostensivos, mas acaso mais eficazes que mandar o exército ocupar as ruas, fechar o aeroporto e instalar

barreiras nas saídas da cidade, E que métodos vêm a ser esses, perguntou o ministro dos militares sem fazer o mínimo esforço para disfarçar a contrariedade, Nada que não conheça já, recordo-lhe que as forças armadas também têm os seus próprios serviços de espionagem, Aos nossos chamamos-lhes de contra-espionagem, Dá no mesmo, Sim, compreendo aonde quer chegar, Sabia que compreenderia, disse o primeiro-ministro ao mesmo tempo que fazia um sinal ao ministro do interior. Este tomou a palavra, Sem entrar aqui em certos pormenores da operação, que, como facilmente se entenderá, constituem matéria reservada, digamos mesmo top secret, o plano elaborado pelo meu ministério assenta, nas suas linhas gerais, numa ampla e sistemática acção de infiltração entre a população, a cargo de agentes convenientemente preparados, a qual possa levar-nos ao conhecimento das razões do ocorrido e habilitar-nos a tomar as medidas necessárias para liquidar o mal à nascença, À nascença, não diria eu, já o temos aí, observou o ministro da justiça, São maneiras de falar, respondeu com um leve tom de irritação o ministro do interior, que prosseguiu, E a altura de comunicar a este conselho, em absoluta e total confidencialidade, com perdão da redundância, que os serviços de espionagem que se encontram sob as minhas ordens, ou melhor, que dependem do ministério a meu cargo, não excluem a hipótese de que o sucedido tenha as suas verdadeiras raízes no exterior, que isto que estamos vendo seja só a ponta do icebergue de uma gigantesca conjura internacional de desestabilização, provavelmente de inspiração anarquista, a qual, por motivos que ainda ignoramos, teria escolhido o nosso país como sua primeira cobaia, Estranha ideia, disse o ministro da cultura, pelo menos até onde os meus conhecimentos alcançam, os anarquistas nunca se propuseram, mesmo que fosse só no campo da teoria, cometer acções dessas características e com esta envergadura, Possivelmente, acudiu sarcástico o ministro da defesa, porque os conhecimentos do caro colega ainda têm como referência temporal o idílico mundo dos seus avós, desde então, por muito estranho que possa parecer-lhe, as coisas mudaram bastante, houve uma época de niilismos mais ou menos líricos, mais ou menos sangrentos, mas o que temos hoje pela frente é terrorismo puro e duro, diverso nas suas caras e expressões, mas idêntico a si mesmo na sua essência, Cuidado com os exageros e extrapolações demasiado fáceis, interveio o ministro da justiça, parece-me arriscado, para não dizer abusivo, assimilar a terrorismo, ainda por cima com a classificação de puro e duro, o aparecimento de uns quantos votos em branco nas urnas, Uns quantos votos, uns quantos votos, balbuciou o ministro da defesa, quase paralisado de estupor, como é possível chamar-se uns quantos a oitenta e três votos em cada cem, digam-me, quando deveríamos compreender, ser conscientes de que cada voto daqueles foi como um torpedo abaixo da linha de flutuação,... (Saramago, 2004, p. 37-39)

Este longo trecho condensa a estratégia narrativa que Saramago utilizará na maior parte do livro: os políticos de alto escalão do partido da direita, reunidos no conselho de ministros ou apresentados em seus gabinetes individuais, serão sempre abordados sob um raio-X literário capaz de revelar seus pensamentos mais ocultos, reacionários e desumanos. Em geral tais personagens são tratados de forma realista, como seres concretos e típicos, embora não deixem de por vezes assumir contornos caricaturais (o que talvez seria desnecessário evitar, já que muitos políticos dessa era contemporânea parecem de fato meras caricaturas de seres humanos). De todo modo, também são figurados os membros do partido do meio, conciliadores e oportunistas, lançando

chavões que não dizem coisa nenhuma, e até o partido de esquerda é ironizado, embora de forma mais simpática.

Mas não só os políticos aparecem sob uma tinta desfavorável. A imprensa também é continuamente desmascarada em sua função ideológica a favor do *status quo*:

Na mesma linha de acção alarmista, um jornal que desde a sua fundação se tinha especializado no ofício de amplificador das estratégias e táticas governamentais, fossem quais fossem as suas cores partidárias, do meio, da direita e dos matizes intermédios, publicava um editorial assinado pelo director em que se admitia como muito provável que a rebeldia dos habitantes da capital viesse a terminar num banho de sangue se estes, como tudo fazia esperar, não viessem a depor a sua obstinação (Saramago,, 2004, p.103).

E, finalmente, os policiais e soldados do exército, que irão cumprir o papel sujo da repressão corpo a corpo contra os habitantes da capital, são simples braços armados do governo, autômatos sem muito pensamento ou vontade própria, embora um ou outro acabe descumprindo ordens superiores em favor do bom senso, num súbito clarão de consciência crítica. Isso não deixa de lembrar “O Alienista” de Machado de Assis, que retrata os guardas imperiais primeiro atacando e depois mudando de lado no episódio da repressão aos revoltosos da Revolução Canjica, mostrando com isso uma ocorrência que também se repete na história das convulsões sociais. Ainda assim, no romance de Saramago, a maioria dos militares permanece fiel aos poderosos de sempre e ao Estado constituído, como de fato costuma ser a regra geral.

Portanto, Saramago retrata com realismo os comportamentos típicos dos políticos profissionais, sobretudo os pertencentes à direita e à extrema-direita, bem como dos aparatos ideológicos e militares, quando o controle do poder político é ameaçado. E ele consegue efetuar este retrato realista ao narrar passo a passo, de forma esteticamente convincente, as atitudes repressoras que vão sendo adotadas pelo governo recém-execrado pelo voto branco: primeiro, os interrogatórios sumários em busca de um culpado; segundo, a decretação de um estado de exceção, suspendendo os direitos constitucionais; terceiro, o abandono do governo e da força militar para fora da cidade, deixando seus habitantes entregues a si próprios, sem polícia, exército ou qualquer contato com a máquina administrativa nacional; quarto, o cerco militar à cidade, isolando-a do resto do país; quinto, a infiltração de uma polícia secreta, cuja função seria eliminar os eventuais líderes da votação em branco, mesmo que se tivesse que forjar este líder; sexto, a explosão de uma bomba terrorista, colocada a mando do ministro do interior no intuito de criminalizar os “subversivos”; e, por fim, o assassinato dos dois protagonistas mais dignos do romance, indicando a inescapável vitória do Estado sobre a população “rebelde”.

É importante que se faça aqui a comparação de tal enredo com a experiência histórica da Comuna de Paris, um dos momentos mais instigantes da saga mundial dos trabalhadores e que foi analisada em um texto exemplar de Karl Marx, *A Guerra Civil em França*. Em 1971, durante a guerra franco-prussiana, a população armada de Paris não aceitou a capitulação que estava sendo oferecida pelo governo francês à Prússia de Bismarck, e, na resistência ao exército alemão, sua Guarda Nacional assalta a prefeitura e expulsa os membros da Assembleia, que então se instalariam em Versalhes. Paris manteve conversações com Thiers até 18 de março, quando o ardiloso governante mandou o seu exército roubar os canhões da Guarda Nacional sob a capa da madrugada (canhões esses que haviam sido pagos por contribuições de toda a população parisiense). “Na aurora de 18 de março de 1871, Paris despertou com o estrondo: ‘Viva a Comuna!’. Que é a Comuna, essa esfinge tão atordoante para o espírito burguês? (Marx, 2011, p. 54)

Essa natureza esfíngica, de difícil decifração para o senso comum, não é o único elemento a aproximar o *Ensaio sobre a Lucidez* dessa experiência parisiense de 1871. Tanto no romance quanto na Comuna de Paris, o governo deposto abandona o município e imediatamente o cerca com o exército nacional, enquanto dentro da cidade a população faz experiências de autogoverno, adotando algumas medidas que apontam para o socialismo, como a observância do trabalho voluntário. Também na tragédia ambos se aproximam: a resistência dos comunizados parisienses (bem como a resistência dos brancos do *Ensaio sobre a Lucidez*), não é capaz de sustentar por muito tempo a pressão exercida pelas forças conservadoras do Estado, forças estas que, reunindo em torno de si o apoio do capitalismo mundial e da imprensa, logo começam seu ataque para retomar a cidade. A Comuna de Paris aguentou-se de pé por dois meses; sabe-se lá quantos dias a mais ou a menos os personagens do *Ensaio sobre a Lucidez* poderiam se sustentar, mas o certo é que, em ambos os casos, sobreleva-se a covardia reacionária dos políticos depostos, que procuram sem titubear o poder de fogo das forças militares para o brutal aniquilamento dos habitantes sitiados. Estes não chegam a morrer aos milhares no *Ensaio sobre a Lucidez*, mas o livro deixa subtendido semelhante desfecho.

Seja como for, uma última questão deve aqui ser discutida a respeito da concepção política marxista, e do modo como ela aparece na literatura saramaguiana. Embora jamais abandone a ideia da natureza de classe do Estado, Marx também admite que as instituições estatais, na sociedade capitalista, adquirem um funcionamento relativamente autônomo, noção que já foi enfatizada extensivamente por alguns teóricos marxistas, como Nikos Poulantzas – autor, aliás, que Saramago traduziu. Essa autonomia relativa implica que às vezes os políticos podem atuar mais no interesse imediato de seu próprio grupo partidário do que no interesse direto dos donos do

dinheiro, até chegando a entrar em querelas com o ramo empresarial, embora sempre acabem por capitular diante as demandas dos verdadeiros donos do dinheiro e dos meios produtivos. Com efeito, embora não figure em seus romances as relações diretas entre os agentes do Estado e os empresários capitalistas (embora sempre enfatize esta conexão em suas palestras), o retrato literário que Saramago apresenta não deixa de ser menos realista ou menos marxista. Ele apenas representa o Estado como o organismo mais ou menos autônomo que ele efetivamente é na realidade concreta.

## CONCLUSÃO

Nas obras maduras de José Saramago, assim como nas obras maduras de Machado de Assis, o poder dos capitalistas nem sempre aparece de maneira explícita, embora possamos inferir que ele sempre está por toda a parte, objetivamente, como um Deus concreto e arredo capaz de tudo comandar. E com isso a crítica à ideologia positivista e ao Estado de Direito baseado nessa ideologia, ou à aliança entre os políticos, os cientistas e a religião, não deixa de ser uma crítica à inteira sociedade capitalista, o que denota a profundidade de visão desses dois grandes autores da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. 223p.

ASSIS, Machado de. “O Alienista”. In: ASSIS, Machado de; GLEDSON, John. *50 contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 487p.

ASSIS, Machado de; AZEVEDO, Silvia Maria; DUSILEK, Adriana; CALLIPO, Daniela Mantarro. *Machado de Assis: Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora UNESP, 2013. 722p.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978. 153p

LOWY, Michael. *Marxismo contra positivismo*. São Paulo: Cortez, 2018. 157p.

LUKÁCS, György. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2010. 296p.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*. Volume 1. São Paulo: Boitempo, 2012. 440p.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2003. 278p

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011. 268p.

SARAMAGO, José. *Cadernos de Lanzarote: diário I*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 664p.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez: romance*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. 325p.

SARAMAGO, José. “José Saramago - falsa democracia”. Trecho de discurso disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=m1nePkQAM4w>. Acesso: 25/01/2010.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000a. 236p.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Ed. 34, 2000b. 250p.